

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 12 – 2013
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

A DINÂMICA E O NOVO PERFIL DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL PARANAENSE NO FINAL DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI¹

Luiz Augusto Klosowski²
Margarida Stadnik Ferreira³
Amarildo Hersen⁴
Josélia E. Teixeira⁵

Resumo

O mercado de trabalho no Paraná vem sofrendo modificações desde a transformação de sua base econômica extrativista e agropecuária, trabalho que exigia um perfil de empregado menos qualificado, até o advento das indústrias no Estado. Essas transformações nas características do trabalho, em algum grau, exerceram influência e propiciaram mudanças no perfil do trabalhador. Diante disso, esta pesquisa objetivou analisar a dinâmica do mercado de trabalho formal no Paraná, procurando apontar as transformações ocorridas no período 1990-2010. Para tanto, foram consideradas as variáveis gênero, setores, escolaridade, faixa etária e remuneração entre as mesorregiões paranaenses. A pesquisa se fundamentou em uma revisão teórica como as teorias dos rendimentos no trabalho e análise quantitativa através dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Os resultados revelaram aumento no nível de escolaridade dos trabalhadores, maior participação feminina, e um achatamento nos salários dos trabalhadores empregados no ano de 2010, em relação a 1990.

Palavras-chave: mercado de trabalho. Economia regional. Paraná.

Abstract

The labor market has undergone modifications in Paraná State since the transformation of its economic base in extractive and agriculture, a job that required less qualified employee profile, until the advent of industries in the State. These changes in job characteristics, to some degree, able to influence changes in the profile and provided the employee. Thus, this research analyzes the dynamics of the formal labor market in Parana State, trying to point out the changes occurred in the period between 1990 and 2010. To this end, we considered the variables gender, industries, education, age and income between the Parana mesoregion. The research was based on a literature review and theories of labor income and quantitative analysis, using data from the Annual Social Information (RAIS), provided by the Ministry of

¹ Versão preliminar foi apresentada no IX Ecopar.

² Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná – UNICENTRO. E-mail: guto_lak@hotmail.com

³ Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná – UNICENTRO. E-mail: maga.sindimetal@hotmail.com

⁴ Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela UNIOESTE/Toledo. Docente do Departamento de Economia da UNICENTRO e pesquisador do Grupo de Pesquisa em Ciências Econômicas (GPCE). E-mail: amarildoheresen@yahoo.com.br

⁵ Doutoranda em Políticas Públicas pela UFPR. Coordenadora do Curso de Ciências Econômicas da UNICENTRO e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Ciências Econômicas (GPCE). E-mail: joseliat@hotmail.com

Labor and Employment (MTE). The results revealed an increase in the level of education of workers, greater female participation, and a flattening in the salaries of employees in 2010, compared to the 1990s.

Keywords: Labor Markets; Regional Economy; Paraná State.

1 INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho como se apresenta hoje é consequência direta da evolução econômica verificada no estado, ao longo da história. Até meados de 1970 a economia paranaense é marcada pela ascensão e declínio (ciclos) de produtos ligados ao setor agropecuário, que compõem a sua história econômica e contribuem, através do processamento destes, para o início da industrialização no Estado. Dentre os produtos se destacam a erva mate, a madeira e o café.

Com o esgotamento da fronteira agrícola na década de 1970, paralelo a ocupação definitiva das terras produtivas, ocorreu a modernização das atividades agropecuárias, com a adoção de novas técnicas de produção, de equipamentos e insumos modernos. Esses dois processos conduziram a novo perfil de ocupação da população, que de hegemonicamente rural passou a ficar cada vez mais urbanizada (RIPPEL, 2005). Também, o perfil do trabalhador sofre consideráveis mudanças nesse momento histórico, tendo que se adaptar aos novos processos de produção.

A população cada vez mais urbana em conjunto da industrialização regional exigiu um Estado preocupado em realizar grandes obras de infraestrutura como o aumento da oferta de energia elétrica, a construção de rodovias e ferrovias, a adequação do Porto de Paranaguá, a implantação de uma rede de armazenagem pública, a modernização das telecomunicações. Também a criação de empresas estatais que suprissem as deficiências no Estado, como a Sanepar, Telepar, Fundepar, Celepar e o Café do Paraná. Logo, o Estado foi o principal gerador de empregos neste período, movimentando vários setores da economia paranaense (LOURENÇO, 2003).

A atuação do governo, liderado pelo então Governador Ney Braga, criando a infraestrutura necessária para o crescimento do Estado, foi determinante para o ciclo expansivo do Paraná nos anos 70. Em consequência, o Paraná recebeu a instalação de

segmentos modernos – tais como o complexo sementeiro, metalomecânico e de refino de petróleo na região metropolitana de Curitiba (RMC) – e experimentou a modernização dos ramos tradicionais como o da madeira, papel e celulose. Somado a isso tem-se também a diversificação do agronegócio (soja, laticínios, café, rações, frigoríficos, entre outros (LOURENÇO, 2003).

Um traço marcante de todas essas transformações ocorridas na economia paranaense, foi a distribuição intersetorial do emprego. Em 1970, 33% da população paranaense correspondia à população economicamente ativa (PEA). A PEA paranaense, por sua vez, estava distribuída com 63% no Setor Primário, 10% no Setor Secundário (incluindo indústria, extração mineral, construção civil e serviços industriais de utilidade pública) e 27% no Setor Terciário (MAGALHÃES FILHO, 1982).

Já em 1980, de acordo com Magalhães Filho (1982) a PEA do Paraná cresceu 5 pontos percentuais, atingindo 38%. Percebe-se a queda da participação do Setor Primário no emprego para 41% e aumento da participação do Setor Secundário e Terciário com 18% e 39% respectivamente⁶.

Logo após esse período, na década de 1990 a economia do Paraná foi marcada por políticas industrializantes, interrompida durante uma década e meia pelos constrangimentos macroeconômicos ao crescimento do país. Ainda o processo de mudança estrutural da economia do Paraná decorreu da inserção plena do Estado no caminho favorável trilhado pela economia brasileira desde o lançamento do real em julho de 1994. Os elementos contributivos do processo industrializante no estado foram a boa infraestrutura, a localização estratégica e ter apresentado menor custo de mão-de-obra, bem como, reduzida organização e atuação sindical (LOURENÇO, 2003).

Apesar do processo industrializante estar concentrado na Região Metropolitana (RM) de Curitiba, seus efeitos sobre o mercado de trabalho transbordam para todo o estado. O objetivo dessa pesquisa consiste na identificação das principais mudanças ocorridas no mercado de trabalho formal paranaense entre 1990 e 2010. Essas mudanças são investigadas na esfera regional, de nível salarial, participação por gênero, por setor, idade média e nível de escolaridade dos trabalhadores. As variáveis investigadas são originárias do banco de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) fornecidas pelo Ministério do trabalho e Emprego (MTE).

⁶ De acordo com autor, há 2% de não declarados.

2 O TRABALHO E O HOMEM

2.1 O trabalho como elemento contributivo para a evolução da espécie humana

Lentamente as barreiras à sobrevivência da espécie de macacos, que viria a dar origem à espécie humana, foram sendo superadas. A posição ereta, as mãos livres para aprender novas habilidades (diferentes das dos pés) como a colheita de frutos e defesa contra outros animais são bons exemplos de sobreposição de barreiras. Com o passar do tempo a espécie, já mais evoluída, defronta-se com novas necessidades, como a construção de habitações ainda que rudimentares, para defender-se das intempéries. O lento surgimento de novas necessidades provoca na espécie uma atuação muitas vezes coletiva do trabalho contribuindo para a socialização e desenvolvimento da fala. Nota-se, nessa altura, acentuada distância entre as mãos primitivas do macaco às mãos do homem, aperfeiçoada pelo trabalho durante milhares de anos (ENGELS, 2004).

Assim, o trabalho começa com a elaboração de ferramentas utilizadas na caça e na pesca, além do que, este conhecimento era passado de geração em geração, fazendo mudar também a alimentação do homem que antes era composta por frutos e folhas, agora passa a ser com carne. Essa mudança de hábito ofereceu ao ser humano maior resistência para o trabalho. A alimentação, agora mais completa, pode ter sido o principal elemento contributivo para a evolução da espécie (ENGELS, 2004).

O homem primitivo descobria constantemente novos utensílios, aplicando estas descobertas no desenvolvimento do trabalho. Assim, com a evolução da espécie, em algum momento os homens sentiram a necessidade de se comunicar, e em se comunicando ou nesta tentativa, a laringe pouco desenvolvida do macaco foi evoluindo, enquanto a boca pronunciava som articulado um após o outro, o que podia ser entendido como o começo da comunicação pelas palavras entre a espécie humana (ENGELS, 2004 e OLIVEIRA, 2001).

Primeiro o trabalho, e depois dele e com ele a palavra articulada, foram os dois estímulos principais sob cuja influência o cérebro do macaco foi gradualmente se transformando em cérebro humano que apesar de toda sua semelhança supera-o consideravelmente em tamanho e perfeição (ENGELS, 2004, p. 12).

É evidente que a comunicação também está intimamente ligada ao processo histórico da formação do trabalho na humanidade. Desde os tempos primórdios que o homem se relaciona com o meio ambiente para satisfazer as necessidades de sobrevivência e comunicar-se com o outro através de gestos, símbolos e desenhos formando assim com o passar dos anos os primeiros modelos de sociedade (OLIVEIRA, 2001).

O trabalho mesmo se diversificava e aperfeiçoava de geração em geração, estendendo-se cada vez a novas atividades. À caça e a pesca veio juntar-se a agricultura, e mais tarde a fiação e a tecelagem, a elaboração de metais, a olaria e a navegação. Ao lado do comércio e dos ofícios apareceram, finalmente, as artes e as ciências; das tribos saíram às nações e os Estados. Apareceram o direito e a política, e com eles o reflexo fantástico das coisas no cérebro do homem: a religião (ENGELS, 2004).

Além disso, o avanço da agricultura, de seus instrumentos e ferramentas trouxe melhorias ao trabalho. A chegada do arado representou um importante avanço no mundo dos ofícios. Posteriormente, a Revolução Industrial viria a impactar também não só o valor e as formas de trabalho, como seu arranjo e até o aparecimento de políticas sociais. Contudo, foi a necessidade de organizar o trabalho, que criou a ideia de “emprego”. Nos tempos primitivos existia o trabalho escravo e o trabalho livre; havia até o trabalho de artesãos e o trabalho de um rudimento de ciência, mas não havia o emprego, tal como se conhece atualmente (FRANCO, 1998).

Em outro viés o trabalho se desenvolve pelos vínculos de cooperação social existente no processo de produção material, logo, o ato de produção da vida humana realiza-se pelo trabalho. Assim, é com a habitualidade do trabalho que o homem torna-se um ser social, superando todas as formas não humanas (ANTUNES, 1995).

2.2 As principais conquistas da categoria trabalho, avanços na regulamentação do trabalho e considerações para o Brasil

Para Arruda e Piletti (2003), o trabalhador no sistema artesanal ou doméstico além de ser dono de toda a produção podia também administrar o tempo como melhor lhe fosse adequado. Trabalhava apenas para garantir a sobrevivência de sua família, ao passo que com a mecanização se foi nivelando por baixo a habilidade necessária dos trabalhadores. A consequente concentração dos meios de produção fez com que os artesãos fossem, com o

passar dos anos, sendo substituídos por todo o aparato industrial. É, portanto, nessa época que a noção de emprego começa a tomar forma. Nesse contexto, a produção era em escala, mecanizada, padronizada e voltada para um consumo de massa, com consumidores pouco exigentes (HELAL, 2007).

A Revolução Industrial, que teve como berço a Inglaterra em meados do século XVIII, foi um dos mais importantes ícones da transformação do trabalho. É também considerado um período de transição para o capitalismo pleno, superando a fase de acumulação primitiva do capital, pois consolida definitivamente o modo de produção capitalista, modo de produção este que passa a estar identificado ao mundo da industrialização (ARRUDA, 1984).

Com a revolução industrial, buscando melhores condições de vida, grande número de trabalhadores migra do campo para as cidades, transformando o entorno das fábricas em verdadeiros concentrados populacionais. Este excesso de mão de obra fez com que avanços trazidos pela revolução industrial, como a produção em larga escala e a redução dos preços dos produtos, se ocultassem perante a exploração dos operários constituindo assim uma habitualidade no cotidiano Europeu (ARRUDA, 1984).

Essa constante exploração deu ensejo à luta dos trabalhadores contra a burguesia, sendo consequência necessária das contradições que, no sistema de produção capitalista, opõe o capital ao trabalho assalariado. Contudo, é decorrente das primeiras lutas operárias que se formaram as primeiras organizações de proteção aos direitos do trabalhador (ARRUDA, 1984).

Também a exploração da classe trabalhadora, proporcionada pela estrutura industrial, significou mais horas de trabalho. O aumento da jornada de trabalho, e maiores exigências nos resultados proporcionou maior precariedade das condições de trabalho do operário. No pouco tempo em que não estavam servindo ao patrão, famílias inteiras praticamente subsistiam em condições horríveis e com salários indignos (VIEIRA, 2006).

É importante salientar, que durante todo este período pequenos movimentos, pulverizados pela Inglaterra, visando à luta contra a exploração dos trabalhadores nunca deixaram de existir. Contudo, em 1848, marcando um importante período de organização e resistência, Karl Marx e Friederich Engels lançam o Manifesto Comunista. Com uma linguagem simples e acessível, o Manifesto, buscou conscientizar o operariado de seu papel histórico. Este fato resultou em setembro de 1864 na cidade de Londres, na fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) (VAZ, 2011).

Já em 1891, o Papa Leão XIII edita a encíclica “*Rerum Novarum*”, expondo a necessidade de uma reavaliação de posição a favor dos trabalhadores, sendo este documento precursor das normas trabalhistas consolidadas. A encíclica sugere uma melhor distribuição de renda, critica a falta de princípios éticos e ainda salienta que era preciso haver justiça social na vida econômica e industrial. O Estado deveria intervir na economia a favor dos mais pobres e desprotegidos e propunha a caridade do patronato em relação aos trabalhadores (VAZ, 2011).

Decorrente destes fatos, Vaz (2011) considera que algumas ideias do Manifesto Comunista juntamente com apoio da igreja, foram essenciais para haver equilíbrio nas relações contratuais entre os empregadores e os trabalhadores, melhorando as condições laborais oferecidas à classe proletária, culminando nas primeiras leis protecionistas ao trabalhador.

Paralelamente a esses acontecimentos de alcance mundial, para Libby e Furtado (2006) no Brasil o trabalhador teve seus primeiros direitos adquiridos em 13 de maio de 1888, onde o governo imperial rendeu-se às pressões e a princesa Isabel de Bragança assinou a lei Áurea abolindo a escravidão no país. A assinatura deste documento foi o coroamento da primeira mobilização nacional da opinião pública, contando com a participação de políticos e poetas, escravos libertos, jornalistas, estudantes, intelectuais e operários.

Posteriormente a abolição da escravatura, no início do século XX, o operariado em especial o paulista, era constituído em sua maioria de estrangeiros, principalmente italianos e espanhóis, além de um número pouco expressivo de brasileiros. Viviam em bairros fabris, em precárias condições de habitação, longas jornadas de trabalho em ambientes insalubres, no trabalho eram utilizadas mulheres, crianças (com salários menores que dos homens), disciplina rígida, ameaças, multas, dispensas e ausências de disposições legais (GARCIA, 2002).

Importante órgão que muito contribuiu para a fundamentação dos direitos do trabalhador foi a Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada em 1919 pelo Tratado de Versailles. A ideia de uma legislação internacional específica para o trabalho surgiu no início do século XIX em resposta às preocupações de ordem moral e também econômica associadas ao custo humano da Revolução Industrial (OIT, 2011).

No Brasil, somente no governo de Getúlio Vargas que os trabalhadores passam a experimentar conquistas mais concretas no âmbito trabalhista, a começar com a criação do

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a Justiça do Trabalho para arbitrar conflitos entre patrões e empregados. E, por conseguinte, uma extensa legislação trabalhista, que superava de muito a equivalente da República Velha, a recordar: organização sindical; organização do sistema de previdência social para os funcionários públicos; lei dos dois terços; jornada de oito horas; reforma das leis de acidente de trabalho e da lei de férias (RODRIGUES, 1968).

Durante as décadas de 1930 e 1940, o corporativismo de Estado de Vargas estabeleceu um amplo código de leis do trabalho. Esta legislação do trabalho, que recebeu o nome de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), promulgada em 1º de maio de 1943, estabelecia de maneira cada vez mais detalhada, quais eram as regras mínimas de relações justas de trabalho a exemplo da criação do salário mínimo, jornada de trabalho, férias anuais entre outros direitos (ANTUNES, 2006).

Outra conquista do trabalhador foi a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) sendo uma das maneiras encontradas pelo governo para flexibilizar as demissões no país, retirando a estabilidade garantida por lei. O FGTS foi criado pela Lei 5.107, de 13 de setembro de 1966, em um contexto de reformas estruturais implantadas no início do período de governos militares pós 64. A finalidade do Fundo é formar uma reserva para casos de aposentadoria, morte, invalidez e desemprego do trabalhador, em substituição à estabilidade no emprego e é formado por depósitos mensais, efetuados pelo empregador, em contas individuais e vinculadas, em nome de cada trabalhador. O valor depositado corresponde a 8% da remuneração mensal. Incide sobre o 13º salário e o adicional de 1/3 das férias (DIEESE, 2006).

Além disso, em meio a essas conquistas dos trabalhadores, a classe feminina também vem conquistando espaço no total da força de trabalho. Apesar de o homem ser majoritário, é possível observar o aumento significativo da participação das mulheres no mercado de trabalho (HERSEN, 2009). Ocorreram diversas mudanças na economia mundial nas últimas décadas do século XX, com consequentes impactos sobre as relações de comércio, de produção e de trabalho. No Brasil não foi diferente, tendo a crescente urbanização e expansão da industrialização, contribuído para um ambiente propício à entrada de novos trabalhadores no mercado de trabalho, incluindo o sexo feminino (VIEIRA, 2006).

Porém, desde o início, a inserção da mulher no mercado foi marcada por um período de preconceitos e dificuldades. Muitos problemas foram, e ainda são⁷, enfrentados por mulheres como, por exemplo, salários menores que o dos homens pagos pelo mesmo trabalho, menores chances de capacitar-se profissionalmente, entre outros (GOMES *et al.*, 2005).

Diversos são causas da participação e crescimento da presença feminina no mercado de trabalho. Como descreve Gomes *et al.* (2005), a inserção do trabalho feminino se explica por fatores como o crescimento da economia informacional global, mudanças tecnológicas no processo de reprodução, desenvolvimento do movimento feminista. Fatos estes, que contribuíram para empregar mulheres nos mais variados seguimentos da economia, minimizando o preconceito de setores que alocavam apenas pessoas do sexo masculino.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

3.1 Teorias da determinação dos rendimentos do trabalho

Um dos fatores determinantes da participação no mercado de trabalho é a remuneração do trabalhador. Salários mais elevados têm a capacidade de atrair maior contingente de pessoas aptas a desenvolver determinada atividade laboral e o inverso também é verdadeiro.

O conhecimento tratado como elemento contributivo do diferencial da remuneração do trabalhador tem seu primeiro esboço na obra de Adam Smith, publicada inicialmente em 1776, popularmente conhecida como “*A Riqueza das Nações*”. Para Smith,

A aquisição destas habilidades para a manutenção de quem as adquiriu durante o período de sua formação, estudo ou aprendizagem, sempre custa uma despesa real, que constitui um capital fixo e como que encarnado na sua pessoa. (...) A destreza de um trabalhador pode ser enquadrada na mesma categoria de uma máquina ou instrumento de trabalho que facilita e abrevia o trabalho e que, embora custe certa despesa, compensa essa despesa com lucro. (SMITH, 1983, p. 248)

Em seguida são expostas as principais, e relativamente recentes, teorias que buscam explicar as causas das diferentes remunerações percebidas no mercado de trabalho, entre os trabalhadores.

3.1.1 Teoria do Capital Humano

⁷ Sobre o assunto ler: SOARES, S. S. D.. **O perfil da discriminação no mercado de trabalho – homens negros, mulheres brancas e mulheres negras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (texto para discussão n. 769)

Na década de 1960, surge a Teoria do Capital Humano, estreitamente associado ao nome de Schultz e Becker, teóricos estes considerados precursores do Capital Humano (PEREIRA, 1999).

Para Lima (1980), a Teoria do Capital Humano trata basicamente da concepção de que a melhoria do nível de especialização e/ou treinamento dos trabalhadores, através principalmente da educação, leva a um maior nível de salários. Assim, a Teoria do Capital Humano tem como foco:

Observar os efeitos da qualificação, principalmente a educação, no incremento da produtividade. A maior produtividade geraria maior rendimento para o empregador e, por isso, maior aceitação dos indivíduos qualificados no mercado de trabalho. A produtividade e empregabilidade são fatores de ingresso no mercado de trabalho, assim como contribuem para a elevação do rendimento. (BIAGIONI, 2006, p. 5)

Neste viés de valorização da educação, Schults (1967) verificou que países com taxas ascendentes de crescimento econômico detinham elevados índices educacionais de sua população. Deste modo, analisar de que forma os agentes econômicos decidem por investir mais ou menos tempo em educação, é o principal objetivo da teoria. Além do que esta decisão envolve custos e benefícios: maiores níveis de instrução proporcionam maior produtividade e níveis de salário mais elevados. Becker (1983) afirma que além de ganhos monetários maiores, os benefícios de uma maior instrução incluem também ganhos não-monetários como, por exemplo, empregos de grande prestígio.

Na atualidade, a Teoria do Capital Humano também pode explicar, mesmo que superficialmente, o padrão de gestão do trabalho. Este modo das empresas se apresentarem, com competitividade de escala internacional, força as empresas a ampliarem suas estratégias visando à qualidade total. Por isso, torna-se imprescindível conquistar o empenho dos trabalhadores no processo produtivo, principalmente quando se trata da operação de máquinas e equipamentos sofisticados e de alto custo. Para tanto, as empresas passaram a necessitar da colaboração da mão de obra qualificada para atender às novas necessidades das empresas, além disso, políticas de formação passaram a ser consideradas na seletividade dos trabalhadores (CATTANI, 1997).

3.1.2 Teoria da Segmentação

A Teoria do Mercado Dual (ou Segmentado) de Trabalho, para Hersen (2009), surgiu na tentativa de dar maior resolubilidade aos questionamentos sobre o diferencial salarial entre os indivíduos, estabelecendo uma maneira complementar de explicar a determinação de salários e a mobilidade ocupacional.

Esta teoria, ao invés de dar enfoque ao papel da educação na distribuição da renda preocupa-se com o funcionamento do local exato onde a renda dos trabalhadores é gerada: o mercado de trabalho. Assim tem um viés pelo lado da demanda das instituições empregadoras de mão de obra, enquanto a Teoria do Capital Humano é pela oferta (SILVA, 2006).

Para Lima (1980) a educação nesta teoria, tem um papel bastante limitado na determinação da distribuição de renda, pois embora seu papel na alocação de trabalhadores em diferentes mercados possa ser muito importante, os indivíduos com diferentes níveis educacionais, estão associados a diferentes setores do mercado de trabalho. Portanto, no modelo dual o principal papel da educação é dar acesso a certos segmentos.

A segmentação se dá através principalmente do comportamento da estrutura industrial, isto é, as características dos empregos, das firmas que os oferecem e a interação entre eles. Assim preocupam-se em analisar os problemas das indústrias e não dos trabalhadores (LIMA, 1980).

Nessa abordagem teórica o mercado de trabalho pode ser dividido em primário e secundário. Lima (1980) define que o mercado de trabalho primário é caracterizado por costumes de trabalho e a estabilidade no emprego, salários e produtividade relativamente altos, desenvolvimento técnico entre outros. Já o mercado de trabalho secundário distingue-se pela elevada rotatividade de mão de obra, baixa produtividade e estagnação tecnológica e salários relativamente baixos.

Esta teoria também acrescentou novos elementos para um melhor entendimento da dispersão salarial. Indica um diferencial salarial para cada tipo de ocupação, admitindo que as pessoas sejam separadas por empregos de alta e de baixa produtividade. Adicionalmente, a segmentação pode ser resultado de fatores construídos durante o tempo e sedimentando-se por conta de hábitos e costumes em uma região (HERSEN, 2009).

3.1.3 Abordagens sobre o Mercado de Trabalho Regional

Um importante estudo contributivo para o entendimento das desigualdades salariais regionais foi o de Topel (1986). Este autor afirma que um aumento significativo dos salários e uma redução da taxa de desemprego, proporcionam à determinadas regiões um crescimento do emprego acima da média. Ainda a dispersão salarial entre as regiões em menor proporção é advinda das características pessoais dos habitantes e em maior proporção pelas características regionais.

A questão do diferencial salarial regional também é estudada por Santos e Teixeira (2000), devendo esta questão ser atribuída a diversas características dos trabalhadores, estabelecimentos e empregos ou ainda ao diferencial entre taxas de rentabilidade e prêmios destinados aos trabalhadores e estabelecimentos com iguais características.

Para o fator local, Galinari *et al* (2007) destaca que os salários podem estar atrelados de alguma forma a algum tipo de dependência espacial e serem inversamente proporcionais à distância de um centro urbano de referência.

Considerando-se um contexto de alta mobilidade do capital no espaço, os empresários encaram duas opções quanto à alocação de suas plantas produtivas: estabelece-las em locais de salários relativamente mais altos ou mais baixos. Haja visto que a concentração de firmas nas cidades é um fato observável empiricamente, e que isso pode conduzir ao pagamento de proventos relativamente mais elevados, pode-se dizer que os empresários só pagam salários relativamente mais altos em locais específicos porque recebem em troca alguma vantagem produtiva, como as reduções nos custos derivadas das economias externas. (GALINARI *et al.*, 2007, p. 8)

Ademais, a migração dos trabalhadores para regiões com maiores salários resultam no aumento dos custos de vida, como, por exemplo, aluguel residencial e comercial mais caro. Assim, a valorização do mercado imobiliário compensa os maiores salários, ocorrendo um equilíbrio entre o bem-estar das pessoas e os custos das produções nas empresas e indústrias (RAUCH, 1993).

Contudo, Pessoa (2001) acredita que a mobilidade do trabalho produz uma grande força capaz de igualizar as rendas *per capita* entre as regiões. De um lado, o problema da baixa renda *per capita* por motivo social, que pode ser resultado de particularidades

embutidas na região. De outro lado, o problema de baixa renda *per capita* pode ser por motivo regional, onde certa região é pobre por ocasião da característica de seus moradores.

Assim, o fator regional ou local, se faz presente nas análises do diferencial salarial dos trabalhadores, por ocasião das diferentes características que possuem as regiões, ou indivíduos, em um mesmo país considerado.

3.2 Método de Pesquisa

3.2.1 Método Bibliográfico e Comparativo

Esta pesquisa foi construída por meio do método bibliográfico e comparativo. Para Gil (2007), a pesquisa bibliográfica é de suma importância uma vez que fornece ao pesquisador vários materiais já elaborados além de ser indispensável para a realização de estudos históricos. Para tanto, a abordagem histórica desse estudo contempla revisões bibliográficas de relevância ao tema como a contribuição do trabalho na própria evolução da espécie, bem como as teorias da determinação dos rendimentos do trabalho.

O método comparativo realiza comparações com a finalidade de verificar semelhanças e explicar divergências. É um método usado tanto para comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento (LAKATOS e MARCONI, 1991).

A discussão a cerca do método comparativo e de seu papel na construção do conhecimento está presente nas sociologias desde os estudos clássicos do século XIX. Marx, ao longo de sua obra, trabalhou sistematicamente com o confronto entre diferentes casos históricos singulares. Seu estudo a cerca das “formações econômicas pré-capitalistas” constitui-se em um bom exemplo nesse sentido. Já Durkheim e Weber, por sua vez, ainda que de forma diferenciada, utilizaram-se da comparação como instrumento de explicação. Para esses autores, a análise comparativa encontra-se estreitamente relacionada à própria constituição da sociologia enquanto campo específico do conhecimento, permitindo que esta se distancie das outras ciências, demarcando seu terreno próprio de atuação (LAKATOS e MARCONI, 1991).

Para De Negri *et al.* (2001), a RAIS configura como uma importante fonte de informação sobre o mercado de trabalho brasileiro, isto é, uma das únicas pesquisas anuais

que fornecem ao Estado todas as estatísticas sobre o trabalho formal. Além disso, a RAIS pode ser associada a um censo do mercado de trabalho formal brasileiro, uma vez que todas as instituições, privadas ou públicas, são obrigadas a declará-la.

A comparação proveniente dos dados da RAIS entre os anos 1990 e 2010 torna esta análise mais concreta, facilitando a dinâmica acerca da transformação que ocorreu nestes dois pontos distintos do tempo, resultando no atual perfil da mão-de-obra no estado do Paraná.

3.2.2 Delimitação da pesquisa e critérios de seleção

Para se aproximar com maior precisão da realidade do estado, foram escolhidos apenas os classificados como “emprego formal”, pois para o emprego informal não existe nenhuma base de dados disponível, de forma desagregada, por se tratar de um perfil muito rotativo e difícil de quantificar.

Para Pastore (2004) a informalidade é um dos mais graves problemas do mercado de trabalho no Brasil. Grande parte dos trabalhadores brasileiros está no mercado informal e como resultado disso não dispõe de proteções das leis trabalhistas ou previdenciárias. A desproteção do mercado informal é um fenômeno desumano, uma das mais duras formas de exclusão social, dividindo o mercado de trabalho em dois mundos: o dos “incluídos” – protegidos pelas leis trabalhistas e previdenciárias – e dos “excluídos”, que vivem em permanente incerteza.

Para dar dinamismo ao entendimento das transformações ocorridas no mercado de trabalho paranaense, decidiu-se direcionar o estudo em dois pontos distintos do tempo: 1990 e 2010. A escolha desse período para análise, não se deu de forma arbitrária, norteou-se por sua representatividade em termos de transformações econômica que passou o estado. Assim, abre-se a possibilidade de verificar se tais mudanças causaram significativas alterações no perfil do trabalhador no Paraná.

Foram compilados dados disponíveis referentes a todas as grandes categorias setoriais da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Indústria, Construção Civil, Comércio, Serviços e Agropecuária, e estratificados pelas variáveis sócio demográficas sexo, idade, escolaridade e faixa salarial (em salários mínimos), permitindo assim analisar a atual alocação do emprego.

4 O PERFIL DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL PARANAENSE

4.1. Caracterização econômica do estado do Paraná

De acordo com o IBGE (2011), o Paraná é composto por 399 municípios e possui um total de 10.444.526 residentes. Deste número 5.128.503 habitantes são do sexo masculino e 5.311.098 do sexo feminino. Deste total, 8.906.442 moram na região urbana e a rural soma 1.533.159 pessoas.

O Paraná possui a quinta maior economia do país e responde por 6% do PIB nacional registrando uma renda *per capita* de 21,1 mil reais em 2010, acima da média nacional de 19,3 mil reais. Também, é maior produtor nacional de grãos, apresentando uma pauta agrícola diversificada. A soja, o milho, o trigo, o feijão e a cana-de-açúcar sobressaem na estrutura produtiva local. Já na pecuária, destaca-se a avicultura, com 25,5% do total de abates do País. No seguimento de bovinos e suínos, a participação do Estado atinge 4,9% e 17,3%, respectivamente (IPARDES, 2011).

Inserido em todo esse cenário está o mercado de trabalho formal, analisado na seção seguinte.

4.2. A dinâmica do mercado de trabalho formal no Paraná (1990-2010)

De 1990 a 2010 o estoque de empregos com carteira assinada sofreu considerável alteração, evidenciando comportamento positivo. A taxa de crescimento foi de aproximadamente 132% entre dezembro de 1990 e dezembro de 2010, correspondendo a uma média aritmética de 6,6% ao ano. O mercado paranaense contava em 1990, com 1.199.187 empregos formais elevando-se para 2.783.715 em 2010. Logo, em 20 anos cerca de 1,5 milhões de empregos foram criados.

Um dos setores que muito contribuiu para este aumento significativo no estoque de empregos no estado do Paraná, conforme Tabela 01, foi o de Serviços que, muito embora tenha diminuído sua participação relativa no estoque geral de empregos, mais que dobrou o número de trabalhadores destinados à prestação de serviços.

TABELA 01– Estoque de Emprego e participação por setor de atividade no Paraná.

Setor	1990		2010	
	Empregos	Particip.(%)	Empregos	Particip. (%)
Serviços	392.800	32,73	842.872	30,28
Indústria	268.078	22,34	658.613	23,66
Administração Pública	219.586	18,30	421.072	15,13
Comércio	201.265	16,77	590.261	21,20
Construção Civil	68.264	5,70	135.051	4,86
Agropecuária	26.899	2,24	102.590	3,69
Serviços I.Utilid. Pública	17.768	1,48	25.376	0,91
Extrativa Mineral	5.131	0,42	6.930	0,27
Total	1.199.787	100	2.783.715	100

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do MTE/RAIS (2011).

A análise setorial da atividade econômica aponta que o setor que relativamente mais emprega é o de Serviços, aproximadamente 33% em 1990 e 30% em 2010. De acordo com o IPARDES (2004) os serviços se expandem em função de um crescimento econômico geral e em países em desenvolvimento o setor se caracteriza como empregador de mão de obra não absorvida, remanescente da agricultura e da indústria.

Ainda sobre a importância do setor “serviços” na geração de renda, Kon (2004) afirma que a medida em que há aumento na renda das economias mundiais, verifica-se uma maior participação do setor de serviços na composição da mesma. Na atualidade, o setor de serviços surge como aquele com maior participação no Produto Interno Bruto (PIB), sendo um importante indicador para constatar o grau de desenvolvimento de uma economia.

Em segundo lugar, no que diz respeito aos setores que mais alocam trabalhadores no Paraná, o Setor Indústria teve aumento de 1,32% de sua participação na absorção do emprego formal, no período. Já o setor Comércio passou de 16,77% em 1990 para 21,20% em 2010, sendo o setor que apresenta maior crescimento no período investigado.

Na Administração Pública houve queda de representatividade no período, de 18,3% para 15,13%. Na década de 1990 foram várias as medidas para restringir o emprego no setor público, como bem explica Carvalho Filho (2002), essa queda tem relação com a privatização dos bancos e empresas estaduais e venda da participação acionária dos estados em outras empresas, além de alegada necessidade de cortar os gastos.

Sofre queda na representatividade também o setor de Construção Civil de 5,7% no ano de 1990 para 4,8% em 2010. Esta redução na participação relativa de empregos do setor da construção civil está relacionada, entre outros fatores, ao alto grau de informalidade existente

no setor. E segundo Cimbalista (2007), se deve a exaustão do sistema oficial de habitação sem a viabilização de um modelo eficiente de crédito imobiliário baseado na utilização de poupanças privadas. O programa Minha Casa Minha Vida do governo federal, que tem gerado expectativas para este setor não impactou sobre os dados desta pesquisa, uma vez que o programa foi criado em março de 2009, e seus efeitos ainda não são perceptíveis no período 1990-2010.

Destaque também para o setor Agropecuário que absorvia 2,2% do emprego formal em 1990, ampliando para 3,6% em 2010. Este fato também é observado por Zanchet *et al* (2010), que constata crescimento do número de empregos no setor agropecuário e o justifica pela expansão das atividades do complexo agroindustrial, se destacando as usinas de açúcar e álcool, atividade leiteira, avicultura e produção de papel, celulose e placas de madeira, ligados ao cultivo florestal. Um fator importante é a parcela expressiva do emprego formal agrícola associada a atividades de serviços de apoio à agropecuária e a produção florestal.

Com menores proporções, sofrendo queda de representatividade frente aos demais setores, estão a Indústria de Utilidade Pública que em 1990 representava 1,48% caiu para 0,91% em 2010, e Extrativa Mineral de 0,42% para 0,27%.

Além das mudanças de representatividade dos setores produtivos na geração do emprego, se percebeu também acentuada mudança na faixa etária dos empregados com carteira assinada. Essa dinâmica pode ser percebida com auxílio da Figura 03.

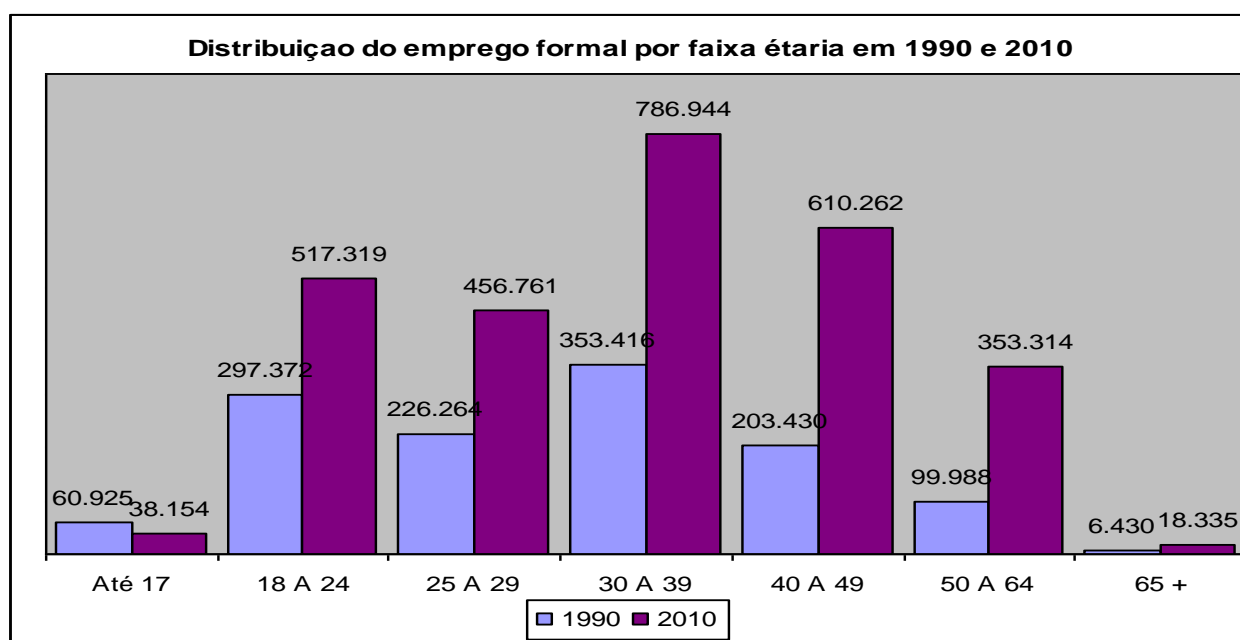


Figura 03 – Participação no trabalho formal por faixa etária nos anos 1990 e 2010.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do MTE/RAIS (2011).

O que se pode perceber é um aumento do contingente de trabalhadores de maior idade, em detrimento do grupo de menor idade, no intervalo de análise. Este fato para Cunha (2008) teve reflexos no mercado de trabalho, como o aumento na proporção da população economicamente ativa nas faixas etárias mais altas, embora possa estar também relacionado a uma maior busca por escolaridade, adiando a entrada do indivíduo no mercado de trabalho.

Também, entre outros fatores, o envelhecimento dos trabalhadores resulta da maior expectativa de vida e de sua continuidade no mercado. Logo, destaca-se o crescimento significativo nas faixas etárias acima de 40 anos. O grupo de empregados com idade de 40 a 49 anos teve um salto de 14% em 1990 para 22% em 2010. O grupo de 50 a 64 aumentou de 7% para 11% e os trabalhadores com 65 anos ou mais mantiveram o mesmo índice de representatividade (1%).

A faixa etária que concentra maior número de trabalhadores é a de 30 a 39 anos (353.416 empregos em 1990) mais que dobrou ao final do período, chegando próximo de 787 mil empregados. O grupo com até 17 anos, em 1990, representava 5% do total de empregos, em 2010, passou para apenas 1%. Entre os 18 e 24 anos teve queda de 19% para 16%. Dos 25 aos 29 anos caiu de 15% para 14%. Manteve-se o grupo com faixa etária de 30 a 39 anos, que representava 22% em 1990, permanece com o mesmo índice em 2010.

A divisão do número de empregos entre homens e mulheres distribuiu-se de acordo com a Figura 04.

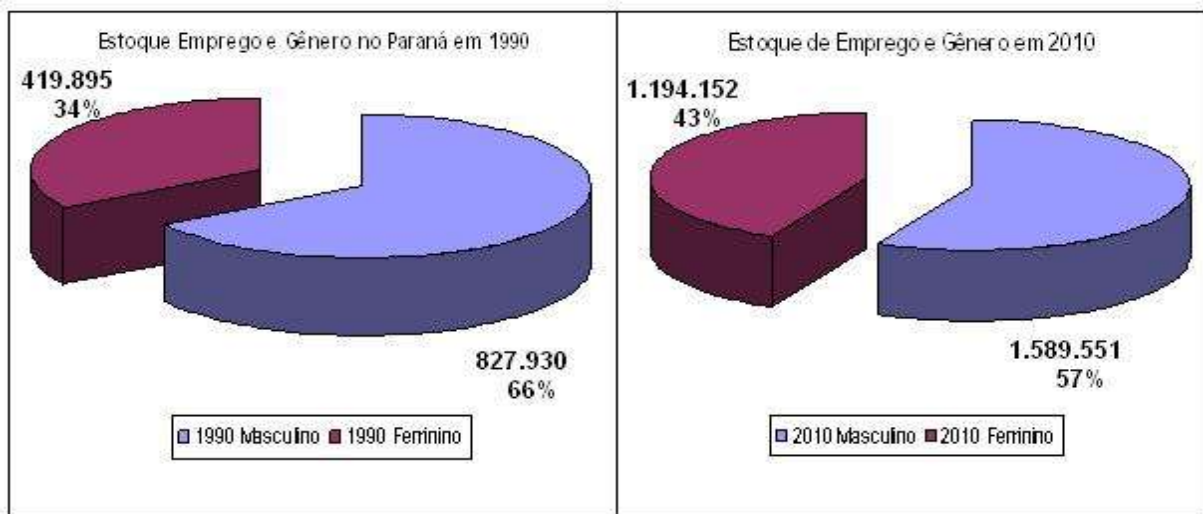


Figura 04 – Participação no trabalho formal por gênero nos anos 1990 e 2010.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do MTE/RAIS (2011).

Se pode constatar que na participação por gênero no mercado de trabalho formal, existe a predominância do sexo masculino, tanto no início quanto no final do período, porém a queda de participação é evidente para esse gênero. A participação das mulheres, conseqüentemente, cresceu no período 1990-2010, passando de 34% para 43%. Para Cimbalista (2007) houve mudanças tanto por razões de ordem econômica, onde a mulher precisa ajudar no orçamento familiar, quanto no contexto social, conquistando espaço no mercado de trabalho como em cargos públicos, no transporte, na construção civil entre outras categorias que, até então eram ocupadas exclusivamente pelo sexo masculino.

Outro apontamento relevante é com relação à escolaridade dos trabalhadores com carteira assinada. Essa investigação se faz necessária para avaliar se o aumento do grau de instrução dos trabalhadores, caso seja verificado, foi acompanhado por maiores salários. A Figura 05 contribui para esse entendimento.

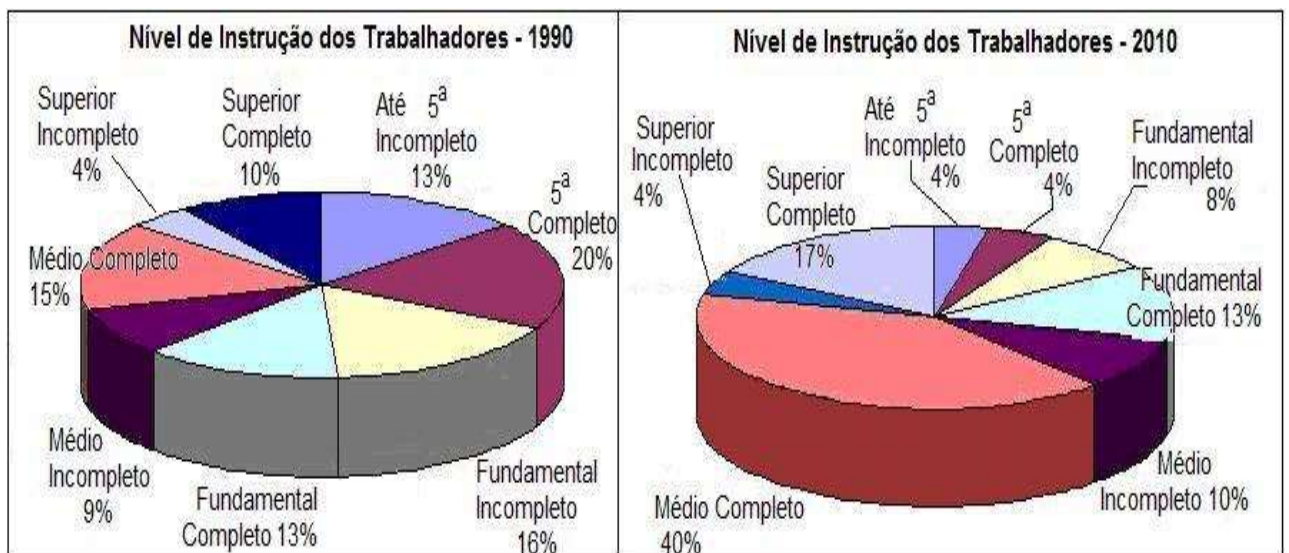


Figura 05 - Nível de escolaridade por gênero dos empregados formalmente 1990 – 2010 no Paraná.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do MTE/RAIS (2011).

No nível de instrução dos trabalhadores formais no estado do Paraná é verificado avanços significativos no decorrer dos 20 anos. Em 1990 13% dos trabalhadores detinham até 5ª série incompleta, caindo para 4% em 2010. No ano de 1990 a maior parte dos trabalhadores apresentavam a 5ª série completa e representavam 20% do total de trabalhadores, esse percentual caiu para 4% em 2010. Os trabalhadores com ensino fundamental incompleto, era em torno de 16% e caiu para 13% em 2010.

O ensino Fundamental Completo apresentava 13% dos trabalhadores e permaneceu inalterado de 1990 para 2010. Para o nível ensino médio incompleto eram 9% deles e em 2010 aumentou para 10%. Merece destaque o ensino médio completo que de 15% em 1990 passa para 40% dos trabalhadores em 2010. Para nível superior incompleto não apresenta alterações, permanecendo em 4% dos trabalhadores tanto em 1990 como em 2010. Os trabalhadores com ensino superior completo correspondiam a 10% em 1990 e passaram para 17% em 2010.

O nível de instrução dos trabalhadores melhorou, e essas modificações se devem principalmente a políticas educacionais. Provavelmente o ensino médio teve aumento em virtude de uma exigência cada vez maior desse nível de ensino como qualificação básica para o primeiro emprego. Além disso, verifica-se elevação da participação de pessoas com nível superior completo. Esse aumento reflete a proliferação de faculdades privadas no Paraná, com a oferta de diversos cursos para o aproveitamento das oportunidades abertas pelo *déficit* de vagas no ensino superior, marcado anteriormente pela prevalência do setor público (CIMBALISTA, 2007).

Vale acrescentar que, de acordo com o MTE/RAIS (2011), em 1990 2,4% dos trabalhadores não sabiam ler nem escrever. Destes 1,7% do sexo masculino e 0,65% do sexo feminino. Em 2010 esse índice se reduziu para 0,32%, sendo que 0,22% masculinos e 0,10% femininos. Para Ceratti (2007), o declínio do número de analfabetos no período, em esfera federal, deve-se a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, na década de 1990, realizada em Jomtien, Tailândia, com a participação de governos, agências internacionais, organismos não governamentais, associações profissionais e personalidades destacadas no plano educacional em todo o mundo. Os 155 governos que subscreveram a declaração ali aprovada comprometeram-se em assegurar uma educação básica de qualidade, a crianças, jovens e adultos. Nesta conferência o Brasil se comprometeu, no prazo de 10 anos, a reduzir o analfabetismo em relação aos índices de 1990 em 50% até o ano de 2000. Nesse sentido o Plano Decenal de Educação para Todos apresentou estratégias para Universalização do ensino e erradicação do analfabetismo.

Na esfera estadual, em 2004 surge o programa Paraná Alfabetizado tendo por objetivo dar oportunidades a quem nunca frequentou a escola e ainda evitar que esta condição se repita. Essas ações certamente foram fundamentais para que os índices sofressem declínio no estado do Paraná.

A Figura 06 proporciona o acompanhamento da evolução da remuneração do emprego formal, em salários mínimos, o qual podemos perceber mudanças significativas.

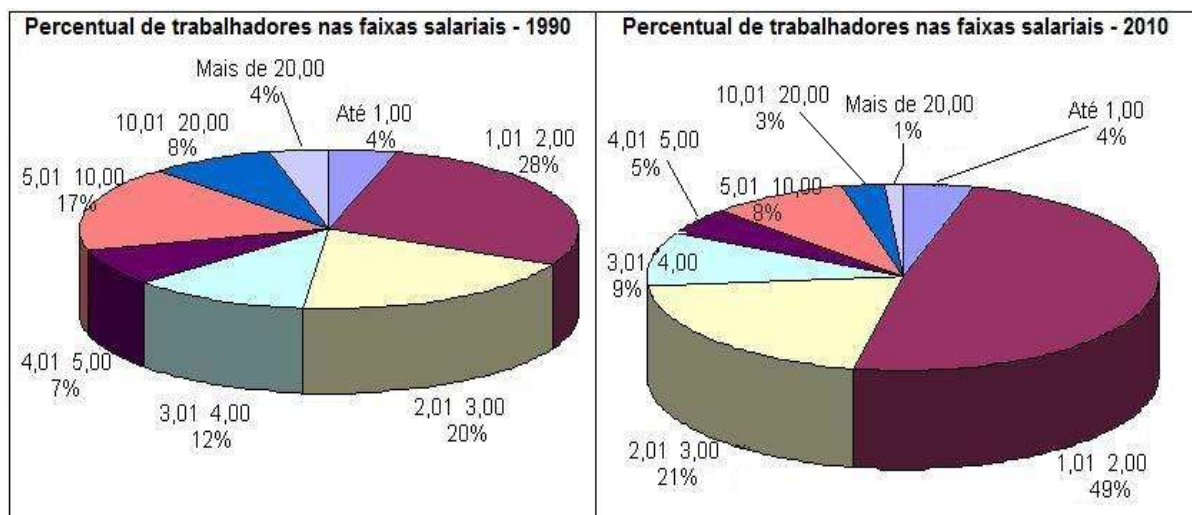


Figura 06 – Distribuição do Número de trabalhadores por faixa de salário 1990 – 2010.
Fonte: Elaborado pelos autores a partir do MTE/RAIS (2011).

O percentual dos trabalhadores que recebiam até 1 salário mínimo não se alterou no período, era 4% em 1990 e permanece o mesmo índice em 2010. Nota-se que a faixa salarial predominante no Paraná fica entre 1 e 2 salários mínimos. No ano inicial, 28% dos trabalhadores com registro estavam inseridos nessa faixa, passando para 49% em 2010. Praticamente metade dos trabalhadores, com contrato formal, se enquadram nessa faixa salarial.

Para a faixa salarial entre 2 e 3 salários mínimos a representatividade atingiu 20% dos trabalhadores em 1990, passando para 21% em 2010, evidenciando nesta faixa uma mudança pouco expressiva. O grupo de trabalhadores que recebia entre 3 e 4 salários perdeu participação no período, caindo de 12% em 1990 para 9% em 2010. Para as faixas salariais entre 4 e 5 salários também há uma pequena queda de 7% para 5%, no período. A faixa salarial de 5 a 10 salários mínimos apresentou maior perda de expressividade no período, caindo de 17% para 8%. A redução relativa dos grupos que auferem de 10 a 20 salários e do grupo acima de 20 salários também é verificada, o que nos induz a acreditar a ocorrência de achatamento salarial, no mínimo em termos de número de salários mínimos por trabalhador, nesses últimos 20 anos. Em termos práticos não se pode associar esse fato a perda de poder aquisitivo do salário do paranaense pois o salário pode, em contrapartida, apresentar ganhos reais.

De acordo com Pochmann (2002) esse achatamento nos salários é explicado pelo avanço da desregulamentação do mercado, a flexibilização dos contratos e das legislações social e trabalhista, e a queda nas taxas de sindicalização, que revelam maior grau de autonomia das empresas, que foram adquirindo maior poder de negociação, diminuindo salários. Por outro lado existe o fator regional ou local que se faz presente nas análises do diferencial salarial dos trabalhadores, por ocasião das diferentes características que possuem as regiões em um mesmo país. Também deve ser levado em consideração que o salário mínimo no Brasil, após a implantação do Plano Real, teve aumentos reais no poder aquisitivo.

Já o gênero feminino vem conquistando espaço, aumentando gradativamente a participação entre 1 e 10 salários mínimos, conforme figura 07.

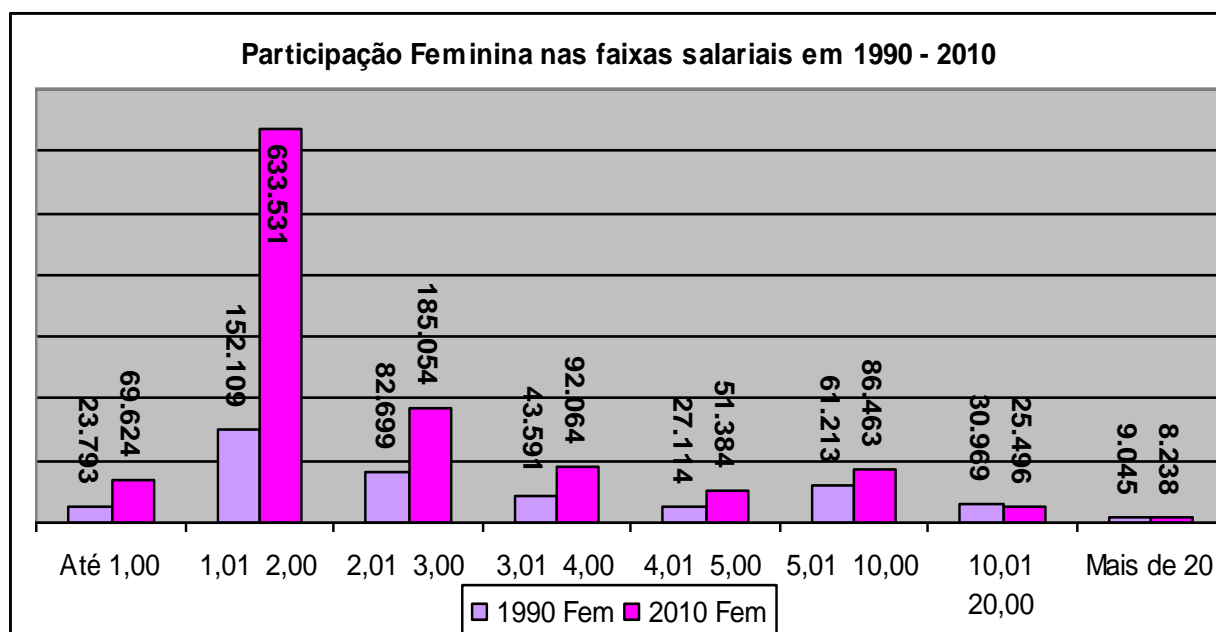


Figura 07 – Quantidade de empregados do gênero feminino por faixa de salário 1990 – 2010.
Fonte: Elaborado pelos autores a partir do MTE/RAIS (2011).

Houve aumento substancial do número de mulheres em todas as faixas salariais. Porém, na medida em que o rendimento aumenta a participação feminina vai diminuindo. O aumento da participação da mulher no mercado de trabalho também é relatado por Miranda (2006) que observa que este fenômeno é decorrente da mulher estar começando a destacar-se em atividades que antes eram consideradas exclusivamente masculinas. Ainda afirma que esta disparidade entre os sexos é resultado do ingresso no mercado de trabalho ter sido tardio, pois se ocupavam, entre outras coisas, do trabalho doméstico.

Ainda no tocante a remuneração dos trabalhadores a Tabela 02 apresenta as 10 mesorregiões do estado do Paraná e as faixas salariais que concentra maior número de trabalhadores.

TABELA 02 – Faixa Salarial em salários mínimos por Mesorregião do Paraná em 1990.

MESORREGIÕES	<i>até 1</i>	<i>1 a 3</i>	<i>3 a 5</i>	<i>5 a 10</i>	<i>+ de 10</i>	<i>Total</i>
Noroeste	2.302	33.999	6.520	3.018	2.029	47.868
Centro Ocidental	1.973	20.525	5.036	2.560	1.662	31.756
Norte Central	8.228	136.216	44.551	27.128	15.820	231.943
Norte Pioneiro	4.044	36.451	6.945	3.216	2.286	52.942
Centro Oriental	2.828	44.097	15.533	9.030	4.311	75.799
Oeste	3.869	67.277	23.945	12.309	5.781	113.181
Sudoeste	1.238	25.395	6.293	2.514	1.453	36.893
Centro Sul	1.510	30.504	5.302	2.647	2.008	41.971
Sudeste	1.397	21.465	3.097	1.406	1.315	28.680
Metrop. Curitiba	12.413	245.202	135.001	135.686	83.856	612.158
TOTAL	39.802	661.131	252.223	199.514	120.521	1.273.191

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do MTE/RAIS (2011).

Como é sabido, a Região Metropolitana de Curitiba é a que concentra maior número de trabalhadores com carteira assinada, sendo em torno de 49% de todo o Paraná em 1990. Em segundo lugar o Norte Central com 18% do total. As demais mesorregiões, analisadas individualmente, concentram menos de 10% dos trabalhadores registrados.

Com relação à remuneração dos trabalhadores constata-se que na faixa salarial de até 1 salário mínimo a participação de trabalhadores por região deu-se na seguinte proporção: Noroeste 5,78%; Centro Ocidental 4,95%; Norte Central 20,67%, Norte Pioneiro 10,16%; Centro Oriental 7,1%; Oeste 9,72%; Sudoeste 3,11%; Centro Sul 3,8%; Sudeste 3,5%; e Metropolitana de Curitiba 31,18% dos trabalhadores.

Nas faixas de 1 a 3 salários mínimos as região apresentaram as seguintes participações: Noroeste 5,14%; Centro Ocidental 3,1%; Norte Central 20,6%; Norte Pioneiro 5,5%; Centro Oriental 6,66%; Oeste 10,17%, e Sudoeste 3,84%; Centro Sul 4,61%; Sudeste 3,24%; e Metropolitana com 37,08% dos trabalhadores. Para as faixas de remuneração de 3 a 5 salários mínimos a região Noroeste 2,58%; Centro Oriental 2%; Norte Central 17,66%; Norte Pioneiro 2,75%, Centro Oriental 6,15%; Oeste 9,5%; Sudoeste 2,5%; Centro Sul 2,1%; Sudeste 1,2%; e Metropolitana de Curitiba 53,52%.

Já o grupo com remuneração entre 5 e 10 salários distribuiu-se espacialmente da seguinte forma: Noroeste 1,5%; Centro Ocidental 1,28%; Norte Central 13,6%; Norte

Pioneiro 1,6%; Centro Oriental 4,52%; Oeste 6,16%; Sudoeste 2,26%; Centro Sul 2,32%; Sudeste 0,7% e Metropolitana de Curitiba 68%. Por, fim, para remunerações acima de 10 salários mínimos, a distribuição espacial se deu com os seguintes percentuais: Noroeste 1,68%; Centro Ocidental 1,37%; Norte Central 13,12%; Norte Pioneiro 1,9%; Centro Oriental 3,57%; Oeste 4,79%; Sudeste 1,2%; Centro Sul 1,66%; Sudeste 1,09%; e Metropolitana de Curitiba 69,57% dos trabalhadores.

A distribuição regional dos salários, para o ano de 2010 está especificada na Tabela 03.

TABELA 03 – Faixa Salarial em salários mínimos por Mesorregião do Paraná em 2010.

MESORREGIÕES	<i>até 1</i>	<i>1 a 3</i>	<i>3 a 5</i>	<i>5 a 10</i>	<i>+ de 10</i>	<i>Total</i>
Noroeste	6.868	126.614	11.030	3.677	1.124	149.313
Centro Ocidental	3.380	45.883	4.522	2.143	688	56.616
Norte Central	19.327	429.738	51.684	23.860	9.882	534.491
Norte Pioneiro	7.038	79.443	6.678	2.617	764	96.540
Centro Oriental	5.507	116.043	16.877	8.069	2.879	149.375
Oeste	13.993	228.250	25.557	12.399	4.678	284.877
Sudoeste	7.506	82.816	8.007	3.369	834	102.532
Centro Sul	5.584	66.719	6.266	2.894	1.122	82.585
Sudeste	3.691	49.453	4.393	1.773	676	59.986
Metrop. Curitiba	33.258	777.680	211.693	135.994	67.074	1.225.699
TOTAL	106.152	2.002.639	346.707	196.795	89.721	2.742.014

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do MTE/RAIS (2011).

Apesar de singela redução participativa, a Região Metropolitana de Curitiba no ano de 2010, continua concentrando o maior número de trabalhadores com registro, aproximadamente 45% do total. A distribuição regional na faixa de remuneração do trabalho com até 1 salário mínimo para o ano de 2010 não apresentou significativas mudanças, comparativamente ao ano de 1990, bem como a faixa de 1 a 3 salários.

Para remuneração de 3 a 5 salários mínimos a Região Metropolitana de Curitiba deteve 69,1% de todos os empregados dentro desta faixa, no ano de 2010. Ao compararmos esse percentual com os 53,52% correspondentes ao ano de 1990 percebemos, nessa faixa, uma concentração maior a favor da Região Metropolitana de Curitiba. Situação semelhante, porém com intensidade menor, pode ser verificada também nas faixas salariais entre 5 e 10 salários e acima de 10 salários mínimos. Essa situação nos induz a acreditar que a RM de Curitiba, ao longo dos 20 anos analisados, concentrou ainda mais os maiores salários do estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa foi observar a dinâmica do mercado de trabalho formal e apontar alterações relevantes, relacionadas também ao perfil dos trabalhadores, no Estado do Paraná nos anos de 1990 a 2010. Para tanto o trabalho embasou-se nas teorias da determinação dos rendimentos do trabalho, entre elas a teoria do capital humano, teoria da segmentação e abordagens referentes ao mercado de trabalho regional.

As alterações na base produtiva do estado, verificadas ao longo de sua história econômica influenciaram, em algum grau, a mudança do perfil do assalariado. As diversas fases, ou ciclos, como a erva mate, madeira, café, soja e o processo industrializante percebido a partir década de 1970, fatalmente exigiram um perfil específico da mão de obra utilizada, com capacitações específicas. À medida que a urbanização avançou no Paraná – e no Brasil – novas demandas de consumo foram sendo criadas, e em consequência, novos processos de produção passaram a compor o setor produtivo do Estado.

Na década de 1990 muitas foram as mudanças verificadas no cenário econômico do país, repercutidas também no estado. O controle inflacionário, a implantação de uma moeda forte (o Real) e maior abertura comercial são bons exemplos dessas mudanças. Com a globalização dos mercados diversas empresas brasileiras precisaram rapidamente se adaptar à nova realidade, devido a forte concorrência em determinados mercados. Toda essa dinâmica econômica repercutiu, de forma direta, no mercado de trabalho formal do Estado.

Dentre as principais mudanças verificadas no mercado de trabalho formal paranaense, se pode apontar a redução da participação de trabalhadores nas faixas etárias até 29 anos, com predominância de empregos com faixa etária de 30 a 39 anos. Já a participação de trabalhadores acima de 40 anos vem se ampliando nos últimos anos. Apesar do homem ainda deter a maior fatia do mercado de trabalho, pode ser verificada a crescente participação do gênero feminino. A escolaridade dos trabalhadores também teve acréscimos consideráveis e contribui para o entendimento de uma menor participação dos jovens, que podem estar se capacitando mais antes de entrar no mercado.

Apesar do setor de serviços absorver a maior fração da mão de obra formal no Paraná, o setor perdeu representatividade em 2010 (30,2%), se comparado ao ano de 1990 (32,7%). De forma contrária, a indústria e o comércio aumentaram sua participação relativa, no

período. Já a administração pública reduziu sua participação relativa caindo de 18,30% em 1990 para 15,13% em 2010. As privatizações contribuíram esse desempenho do setor público.

Com relação à remuneração do trabalho houve acentuadas mudanças ao longo das duas décadas avaliadas. Em 1990 52% do total dos trabalhadores formais do estado recebiam até 3 salários mínimos. Em 2010, cerca de 74% entraram nessa faixa de remuneração. Valorização da moeda à parte, um achatamento da remuneração do trabalho, em salários mínimos, pode ser verificado no período de análise. As remunerações estão tendendo para o mínimo no Estado, contudo há de se destacar, também, que o salário mínimo obteve ganhos reais nos últimos anos.

O fator local demonstrou ter influência sobre a remuneração dos trabalhadores, conforme o esperado. A RM de Curitiba, além de ser a região de maior concentração de empregos formais apresentou, no período, um comportamento diferente das demais regiões. Nas faixas salariais acima de 3 salários mínimos essa região ampliou sua participação, em detrimento das demais regiões do estado. Essa situação nos induz a acreditar que a RM de Curitiba, ao longo dos 20 anos analisados, concentrou ainda mais os maiores salários do estado.

Assim, conclui-se que o mercado de trabalho formal no Paraná sofreu alterações significativas em seu perfil, ao longo das duas décadas analisadas, mudanças essas de caráter quantitativo e qualitativo. Sugere-se, no entanto, para novas pesquisas, que se investigue a relação existente entre os setores produtivos, o fator local e os salários dos trabalhadores para apurar em quais setores e regiões da economia estão concentrados os maiores e menores salários. Ainda com o auxílio econométrico, obter estimativas mais conclusivas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R.. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. De Vargas a Lula: caminhos e descaminhos da legislação trabalhista no Brasil. **Pegada**, v. 07, n. 02, nov. de 2006.

ARRUDA, J. J. A.; PILETTI, N. **Toda a história**. 12. Ed. São Paulo: Ática, 2003.

_____. **Revolução industrial e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BECKER, S. **El capital humano**. Madrid: Alianza Universidad Textos, 1983.

BIAGIONI, D.. **Determinantes da mobilidade por classes sociais**: teoria do capital humano e a teoria da segmentação do mercado de trabalho, 2006. Disponível em <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/abep2006_652.pdf>>. Acesso em 12 mai. 2011.

CARVALHO FILHO, E. D. P. **Evolução no emprego público no Brasil nos anos 90**. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 2002. (Tese de Doutorado)

CATTANI, A. D.. **Trabalho e tecnologia, dicionário crítico**. 4. ed. São Paulo, Vozes, 1997.

CERATTI, M. R. N., **Políticas públicas para educação de jovens e adultos**. Disponível em <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/md_marcia_rodri_gues_neves_ceratti.pdf>>. Acesso em 22 set. 2011.

CIMBALISTA, S. Mudanças no Mercado de Trabalho Formal no Paraná 1985 – 2005. **ANÁLISE CONJUNTURAL**, v.29, n.07-08, p. 14-16, jul./ago. 2007

CUNHA, M. S. Transformações recentes no mercado de trabalho paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n 115, 2008.

DIEESE. **Fundo de garantia por tempo de serviço**. Nota Técnica, n. 13, 2006.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, R. (Org.). **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FRANCO, G. S. **Globalização. Desemprego**: mudanças nas relações de trabalho. São Paulo: LTR., 1998.

GALINARI, R.; CROCCO, M. B.; BASQUES, M. F. D.. O efeito das economias de aglomeração sobre salários industriais: uma aplicação ao caso brasileiro. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 11, n. 3, p. 391-420, 2007.

GARCIA, M. A. M.. Tendências do movimento operário no estado de São Paulo e sua repercussão na região de Ribeirão Preto (1890-1920). **Economia e Pesquisa**, v. 04, n. 04, p. 90-99, mar. de 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, A.F; SANTANA, P.G.W.; SILVA, M.J. **Mulheres Empreendedoras: Desafios e Competências**, 2005. Disponível em <<<http://www.cyta.com.ar/ta0406/v4n6a1.htm>>>. Acesso em 15 jun. 2011.

HELAL, D. H. Contextualizando a Empregabilidade no Brasil: o papel do capital social. **Análise**, v. 18, p. artigo n. 5, 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/view/346>> Acesso em 28 mar. 2011.

HERSEN, A. Decomposição dos diferenciais de rendimento do trabalho nas regiões metropolitanas e não metropolitanas brasileiras. Toledo: UNIOESTE, 2009. (**Dissertação de Mestrado**)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores**.

Disponível em:

<<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>>>. Acesso em 16 jul. 2011.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Paraná em números**. Disponível em

<<http://www.ipardes.gov.br/paranaemnumeros>>. Acesso em 29 ago. 2011.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

(IPARDES). **Pesquisa Anual de Serviços no Paraná**: Ano 2000. Curitiba: IPARDES, 2004.

KON, A. **A produção terciária**: o caso paulista. São Paulo: Nobel, 1992.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A.. **Metodologia científica**. 2 Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LIBBY, D. C. e FURTADO, J. F. **Trabalho livre, trabalho escravo**: Brasil e Europa, XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006.

LIMA, R. Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 10, n.1, 1980.

LOURENÇO, G. M. **A economia paranaense em tempos de globalização**. Curitiba: Ed. do Autor, 2003.

MAGALHÃES FILHO, F. B. B. **Economia paranaense**: notas para análise. Curitiba/PR, 1982 (Trabalho elaborado para o grupo Diretrizes do PMDB)

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Banco de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Disponível em <<<http://www.portal.mte.gov.br/rais>>> Acesso em 01 out. 2011.

MIRANDA, L. C. **A percepção da mulher no mercado de trabalho**: emprego, carreira ou vocação. Rio de Janeiro: IBMEC, 2006. (Dissertação de Mestrado).

DE NEGRI, J. A; CASTRO, P. F.; SOUZA, N. R.; ARBACHE, J. S.. **Mercado formal de trabalho**: comparações entre microdados da RAIS e da PNAD. IPEA: Brasília, 2001. (Texto para Discussão nº 840)

OLIVEIRA, D. **Urbanização e industrialização no Paraná** – Coleção Histórias do Paraná. Curitiba: SEED, 2001.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). As origens da OIT.

Disponível em

<<http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/html/portugal_visita_guiada_01a_pt.htm>>. Acesso em 12 out. 2011.

PASTORE, J.. **Informalidade: Estragos e Soluções**. Rio de Janeiro: Coppead, 2004.

Disponível em: <<www.josepastore.com.br/artigos/ti/index.htm>>. Acesso em 05 ago. 2011.

PEREIRA, R. S. Teoria do capital humano: breve balanço teórico. **Revista de Estudos Sociais**, Cuiabá, v. 1, p. 27-46, 1999.

PESSOA, S. A.. Existe um problema de desigualdade regional no Brasil? XXIX Encontro Nacional de Economia da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, **Anais...** Salvador: ANPEC, 2001.

POCHMANN, M. Desemprego e políticas de emprego neoliberal. **Debate Sindical**, São Paulo, n. 44, p. 14-14, 2002.

RAUCH, J. E. Productivity gains from geographic concentration of human capital: evidence from the cities. **Journal of Urban Economics**, v. 34, p. 380-400, 1993.

RIPPEL, R. Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná: uma Análise de 1950 a 2000. São Paulo: Unicamp, 2005. (Tese de Doutorado)

RODRIGUES, J. A. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia, 1968.

SANTOS, F.; TEIXEIRA, P. Decomposição e evolução da desigualdade salarial. **Revista de Estatística**, Portugal, v. 2, n. 2, p. 35-71, 2000.

SILVA, I. Teorias do emprego segundo enfoque do capital humano, da segmentação e dos mercados internos. **Revista da Fapese**, v. 2, n. 2, jul/dez. 2006.

SCHULTZ, T. W. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TOPEL, R. Local labor markets. **Journal of Political Economy**, v. 94, n.3, p. S111-S 43, 1986.

VAZ, J. E. Análise Comparativa. **O manifesto comunista e a encíclica rerum novarum**.

Disponível em: <<<http://www.webartigos.com>>>. Acesso em 28 jul. 2011.

VIEIRA, A. **A expansão do trabalho feminino no setor de serviços: uma análise nas cinco regiões do Brasil**, 2006. Disponível em:

<<http://www.cse.ufsc.br/~gecon/coord_mono/2007.1/Andreza.pdf>>. Acesso em 15 jun. 2011.

ZANCHET, M. S.; DIAS, A. C., PRADO, V. R. **Características do emprego no setor agropecuário e florestal no Paraná**. Curitiba: IPARDES, 2010. (Nota Técnica)